

LUÍS IX E O EMBATE ENTRE OS MESTRES UNIVERSITÁRIOS: DIÁLOGOS COM A FONTE E A HISTORIOGRAFIA

LOUIS IX AND THE QUARREL AMONG UNIVERSITY MASTERS: DIALOGUES WITH THE SOURCE AND HISTORIOGRAPHY

Terezinha Oliveira*
toliveira@uem.br

RESUMO: Nesse texto examinaremos três Cartas contidas no Chartularium Universitatis Parisiensis que explicitam a mediação do rei Luís IX em um dos principais episódios ocorridos na Universidade de Paris entre os anos de 1250 e 1260, que foi o embate entre os mestres seculares e os mestres regulares. Nosso propósito é refletir sobre a importância desse debate e o modo como o rei, como autoridade laica, se posicionou nele. Para nossa reflexão retomamos os estudos de dois historiadores que analisaram esse reinado. O primeiro foi o historiador François Guizot e o segundo Jacques Le Goff. Nosso intuito foi recuperar a memória desse acontecimento por meio das fontes e da historiografia porque entendemos que elas nos permitem entender as origens das relações entre mestres universitários e o governante, em última instância, as raízes da nossa 'casa'.

PALAVRAS CHAVE: Universidade, Memória, Política.

ABSTRACT: In this text we will examine three Letters contained in the Chartularium Universitatis Parisiensis that explain the mediation of King Louis XI in one of the main episodes that took place at the University of Paris between 1250 and 1260, which was the clash between the secular and the regular masters. Our purpose is to reflect on the importance of this debate and the way the king, as a lay authority, positioned himself in it. For our reflection we recover the studies of two historians who analyzed this reign. The first was the historian François Guizot and the second Jacques Le Goff. Our aim was to recuperate the memory of this event through the sources and historiography because we understand that they allow us to comprehend the origins of the relations between university masters and the ruler, ultimately, the roots of our "home".

KEYWORDS: University, Memory, Politics.

Introdução

Uma das questões mais perenes na história da Universidade é a relação existente entre os mestres/professores e os governantes, sejam eles laicos ou religiosos. Hoje, as universidades públicas brasileiras, seja na esfera Federal, seja nas esferas Estaduais, sofrem sobressaltos cotidianos, pois, a cada momento, assistimos à promulgação de leis ou normativas que afetam o livre curso das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Todavia, a história nos evidencia que esses episódios não são particulares ao século XXI. Ao contrário, fazem parte da história dessa instituição desde a sua origem, no século XIII. Nesse artigo, em face dessa longa tradição, trazemos como objeto de análise a posição do rei Luís IX (1214/15-1270) diante do embate envolvendo os mestres seculares e os mestres das

* Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1997). Realizou, em 2004, estágio de Pós-Doutorado em História e Filosofia da Educação na Faculdade de Educação da USP. É Professora Titular da Universidade Estadual de Maringá junto ao Departamento de Fundamentos da Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

Ordens Mendicantes, particularmente os dominicanos e franciscanos, na Universidade de Paris, nas décadas de 1250 e 1260 (DE BONI, 2003; DOUIE, 1954; FORTES, 2011; DUFEIL, 1972). Esta contenda trouxe para a liça três dos maiores mestres da Universidade de Paris no século XIII: Guilherme de Santo Amor (1202-1272), Tomás de Aquino (1224-1274) e Boaventura de Bagnoregio (1221-1274).

Ainda que o embate entre os mestres seculares e os mestres mendicantes tenha sido importante para a história da Universidade e encontrarmos muitas Cartas referentes a ele no *Chartularium Universitatis Parisiensis* (1964), somente três cartas tratam da mediação do rei São Luís nessa contenda. A primeira é a carta dos mestres seculares solicitando ao rei que intercedesse junto ao papa para que Guilherme de Santo Amor, o principal representante destes no embate, pudesse retornar à Paris¹. A razão dessa medida drástica do Papa, além do fato de os mestres seculares se oporem à entrada dos mestres mendicantes na Universidade, foi o opúsculo *Breve tratado sobre os perigos dos últimos tempos*, que Santo Amor escreveu para atacar os mestres mendicantes. A segunda é a resposta do monarca aos mestres seculares e a terceira é a Carta do rei dirigida ao papa Inocêncio IV (1195-1254) para que esse permitisse o retorno de Santo Amor.

O reduzido número de cartas poderia indicar uma participação inexpressiva do rei no debate e, por conseguinte, demonstraria o seu pouco interesse em relação à Universidade, o que seria muito grave, considerando que essa instituição tornava-se cada vez mais importante

¹ Mencionamos aqui a Carta do Papa Alexandre IV que trata, especificamente, do exílio de Guilherme de Santo Amor da França e da Universidade. “Alexandre, bispo, servo dos servos de Deus, para Guilherme de Santo Amor para que dirija para o bem os seus passos. Como, por causa das múltiplas culpas e graves ofensas que cometeste temerariamente, especialmente por causa do opúsculo pernicioso e detestável composto por ti, reprovado e perpetuamente condenado por nós [...], ordenamos prescrevendo claramente que jamais em nenhum tempo presumas entrar no solo da França, a não ser por especial permissão da Sé apostólica, e mais ainda, interdítamos (a ti) perpetuamente, por autoridade apostólica, toda a faculdade de ensinar e de pregar, de tal modo que de resto não ouse nem ministrar aulas em algum lugar nem em momento algum pregar para algum clero ou povo, sem a permissão da mesma Sé apostólica”

“Alexander episcopus servus servorum Dei Guillermo de Sancto Amore in bonum dirigere gressus suos. Cum propter multiplices culpas et grandes offensas, quas temerarie commisisti, et specialiter propter libellum perniciosum et detestabilem a te compositum, et per nos olim de fratrum nostrorum consilio reprobatum et inperpetuum condempnatum, merueris graves penas, volumus et per apostólica tibi scripta in virtute obedientie sub debito juramenti, quod prestitisti de stando precise mandatis nostris, necnon et sub excommunicationis ac privationis perpetue ab officio et beneficiis penis, quas eo ipso te incurrere volumus, si contra hujusmodi preceptum nostrum venire temptaveris, salvis aliis mandatis tibi faciendis a nobis, districte precipiendo mandamus quatinus nullo umquam tempore regnum Francie absque sedis apostolice licentia speciali intrare presumas¹, et nichilominus omnem docendi ac predicandi auctoritate apostolica perpetuo interdícimus facultatem, ita quod nec docere alicubi, nec unquam alicui clero vel populo sine ipsius sedis permissione decetero audeas predicare” (*Chartularium ... Carta nº. 314, p. 362*).

para a sociedade. Contudo, essa percepção rapidamente se dissipa ao considerarmos a extensa biografia do rei Luís IX feita por Jacques Le Goff (1924-2014). Esse estudioso da medievalidade chama a atenção para o tempo, aproximadamente dez anos, que demorou para construir e finalizar as pesquisas que lhe permitiram publicar o livro *São Luís. Biografia*. Essa demora estaria relacionada à quantidade de ações promovidas por esse rei e a longevidade do seu reinado, que compreende o período entre 1226 e 1270, portanto, praticamente cinquenta anos. Baseando-se especialmente na obra *Vie de Saint Louis*, do cronista Joinville (1224-1317), o medievalista recupera a vida do rei Luís IX, ou melhor, de São Luís.

Entretanto, antes de Jacques Le Goff, outro historiador, também medievalista, professor da Sorbonne no século XIX, François Guizot (1787-1874), analisou o reinado de Luís IX e considerou esse rei um personagem ímpar na história da França. Importante destacar que as formulações de Guizot (1787-1874) acerca de São Luís presentes na *Histoire de la Civilisation em France* (1884) partem, em grande medida, da mesma fonte que Jacques Le Goff veio a se basear para escrever a sua obra, a crônica de Joinville, *Histoire de saint Louis* (OLIVEIRA, 2005).

Em virtude da relevância de São Luís, segundo os dois historiadores supracitados dentre muitos outros que o destacam e, em virtude da importância do embate entre os mestres da universidade de Paris, nos pautamos nas formulações de François Guizot e Le Goff para, em seguida, analisar as três Cartas que constituem nossas fontes para o estudo das relações políticas entre os mestres seculares e o rei.

O olhar de Guizot acerca de Luís IX

Guizot é, hoje, na academia brasileira, pouco lembrado e menos ainda citado. Acreditamos que uma das razões pelas quais ocorreu esse esquecimento diz respeito muito mais às suas ações políticas do que às suas aulas ou escritos sobre a história. Quando se menciona o nome François Guizot há, na maioria das vezes, um certo estranhamento e, a nosso ver, esse sentimento se efetiva, pelo menos, por duas razões. A primeira incidiria no fato de que Guizot foi identificado como um político liberal, monarquista (ROSANVALLON, 1985, FURET, 1991, OLIVEIRA, 1997; OLIVEIRA, 1998). No que se refere à segunda razão estaria vinculada ao grupo de historiadores franceses da primeira metade do século XIX, que buscaram as raízes da nação francesa, no início das incursões bárbaras. Em decorrência disso,

os estudos desses autores ficaram conhecidos como Historiografia Romântica Francesa. Dele fizeram parte importantes intelectuais do século XIX, como Royer-Collard, Mignet, Augustin Thierry, Cousin, Guizot, dentre outros. Os intelectuais citados, contribuíram sobremaneira para os estudos da história, especialmente da Antiguidade e da Idade Média, em virtude das traduções e compilações de documentos, a exemplo da monumental *Patrologia Latina*, organizada por Mignet.

No entanto, segundo Oliveira (1997), a historiografia contemporânea os desconsidera porque não teriam feito uma história ‘imparcial’, mas, sim, uma historiografia romantizada, que buscava legitimar o poder da burguesia, por meio das origens da nação francesa.

A despeito dessas duas posições, a nós nos interessa a maneira como Guizot (1884) elabora a história e nos descreve Luís IX, bem como sua narrativa sobre os acontecimentos históricos.

As causas das revoluções são sempre mais gerais do que se supõe; A mente mais penetrante e mais vasta nunca é suficiente para penetrar até sua primeira origem e abraçá-los em toda a sua extensão. E não falo aqui dessa sequência necessária de eventos que os faz nascer constantemente um do outro, e que o primeiro dia trazia em seu seio todo o futuro. Independentemente dessa conexão eterna e universal de todos os fatos, é verdade que essas grandes vicissitudes das sociedades humanas a que chamamos revoluções, deslocamento das potências sociais, agitação das formas de governo, queda das dinastias datam de mais além do que a história diz e provém de causas muito menos especiais do que aquelas que geralmente se lhes atribui. Em outras palavras, os eventos são maiores do que os homens sabem, e aqueles mesmos que parecem obra de acidente, de um indivíduo, de interesses particulares ou alguma circunstância externa, têm suas origens bem mais profundas e muito diferentes (GUIZOT, 1857, p. 57, trad. nossa)².

² “Les causes des révolutions sont toujours plus générales qu’on ne le suppose; l’esprit le plus pénétrant et le plus vaste ne l’est jamais assez pour percer jusqu’à leur première origine, et les embrasser dans toute leur étendue. Et je ne parle pas ici de cet enchaînement nécessaire des événements qui fait qu’ils naissent constamment les uns des autres, et que le premier jour portait dans son sein l’avenir tout entier. Indépendamment de ce lien éternel et universel de tous les faits, il est vrai de dire que ces grandes vicissitudes des sociétés humaines que nous appelons des révolutions, le déplacement des pouvoirs sociaux, le bouleversement des formes du gouvernement, la chute des dynasties, datent de plus loin que le ne dit l’histoire, et proviennent de causes bien moins spéciales que celles qu’elle leur attribue communément. En d’autres termes, les événements sont plus grands que le ne savent les hommes, et ceux-là même qui semblent l’ouvrage d’un accident, d’un individu, d’intérêts particuliers ou de quelque circonstance extérieure, ont des sources bien plus profondes et une bien autre portée”.

De acordo com Guizot, não é possível compreender um fato histórico se o investigarmos no momento de seu aparecimento. É preciso buscar as suas origens que, na maioria das vezes, distam séculos antes do acontecimento. Para o autor, quando se examina um episódio à luz da sua eclosão não se compreende o acontecimento no seu todo, pois só é possível observar o efêmero, sem suas raízes, e isso é um obstáculo para se fazer a história. Sob essa ótica, Guizot (1857) nos possibilita entender a história segundo a perspectiva da longa duração, de modo similar ao que Braudel (2016) nos apresentou no século XX. Para nosso estudo, o caminho explicitado pelo autor para compreender e fazer a história é fundamental, pois é sob essa concepção que analisamos as cartas.

Ao iniciarmos nossas reflexões sobre a forma como Guizot (1884) examinou São Luís salientamos o fato dele destacar que esse rei foi, junto com Marco Aurélio, os dois maiores governantes que o Ocidente conheceu até o século XIX. Para esse historiador, que escreveu sobre inúmeros governantes na antiguidade, no medievo e na modernidade, sem dúvida o destaque dado a São Luís o caracteriza como um dos maiores líderes da história:

São Luís era acima de tudo um homem consciencioso, um homem que, antes de agir, fazia a si mesmo a questão do bem e do mal moral, a questão de saber se o que ele iria fazer era certo ou errado, por si, independentemente de qualquer utilidade, de qualquer consequência. Esses homens são raramente mostrados, e mais raramente ainda permanecem no trono. Para dizer a verdade, existem poucos na história, mas dois grandes exemplos, um na antiguidade e outro nos tempos modernos: Marco Aurélio e São Luís. Marco Aurélio e São Luís são talvez os dois príncipes que, em todas as ocasiões, fizeram de suas crenças a primeira regra de sua conduta: Marco Aurélio, estoico; São Luís, cristão (GUIZOT, 1884, v. IV, p. 148-149, trad. nossa)³.

Independentemente de concordarmos ou não com a opinião do historiador, precisamos considerar que o conjunto de atitudes e medidas adotadas pelo rei, durante o seu longo governo, não nos deixa dúvidas de que ele tenha sido um dos maiores responsáveis pela formação da nação francesa moderna, visto que suas ações colaboraram para fortalecer a centralização do poder nas mãos de um único governante.

³ ``Saint Louis était par-dessus tout un homme consciencieux, un homme qui, avant d'agir, se posait à lui-même la question du bien et du mal moral, la question de savoir si ce qu'il allait faire était bien ou mal en soi, indépendamment de toute utilité, de toute conséquence. De els hommes sont rarement montrés, et plus rarement encore demeurés tels sur le trône. A vrai dire, il n'y en a guère dans l'histoire que deux grands exemples, l'un dans l'antiquité, l'autre dans les temps modernes: Marc Aurèle et saint Louis. Marc-Aurèle et saint Louis sont peut-être les deux princes que en toute occasion aient fait de leurs croyances la première règle de leur conduite: Marc-Aurèle, stoicien; saint Louis, chrétien``.

Segundo Guizot, suas ações não se restringiram ao ambiente político: como líder se preocupou em promover o desenvolvimento dos seus súditos:

Independemente da rigidez de sua consciência, São Luís era um homem de grande atividade, de uma atividade não apenas bélica, cavalheiresca, mas política e intelectual. Ele pensou em muitas coisas, estava profundamente preocupado com o estado do seu país, com o destino dos homens; ele precisava regular, reformar, preocupar-se com o mal onde quer que o visse e levar a todos os lugares o remédio. A necessidade de fazer e a necessidade de bem fazer também o dominavam igualmente (GUIZOT, 1884, v. IV, p. 149, trad. nossa)⁴.

Certamente Guizot considerou esse rei de forma positiva, descrevendo particularmente aquelas características que o exaltavam. Todavia, não podemos deixar de evidenciar que o autor destaca duas importantes medidas tomadas por São Luís que foram decisivas para combater o poder dos senhores feudais: a proibição dos duelos e das guerras privadas.

Essas práticas de fazer a ‘justiça’ eram próprias da vida feudal, uma vez que o poder era descentralizado e cada senhor representava a autoridade suprema no seu feudo, cabendo a ele promover a justiça, julgar, absolver seus vassalos ou servos, ações que, na maioria das vezes, era conduzida pela força.

A repressão a tais práticas feudais não significava que Luís IX fosse inimigo do sistema feudal, o que historicamente não seria possível, dado que ele pertencia à Dinastia Capetíngia, logo, era também um homem da sua época. Contudo, suas ações enquanto governante priorizavam a promoção da paz, bem como do desenvolvimento do reino. Ou seja, tanto o combate ao poder local quanto o uso da força eram vistos como meio para solucionar as disputas pessoais e tornaram-se condições para o fortalecimento do reino.

Segundo Guizot (1884), para São Luís, a permanência desses costumes feudais estava associada aos antigos hábitos dos bárbaros, logo não condizia com um reino que caminhava rumo à civilização “[...] e lutando com ele, ele pensou apenas em acabar com a desordem, em colocar a paz onde estava a guerra, a justiça onde estava a força e, finalmente, a sociedade

⁴ “Indépendamment de la rigidité de sa conscience, saint Louis était un homme d'une grande activité, d'une activité non-seulement guerrière, chevaleresque, mais politique, intellectuelle même. Il pensait à beaucoup de choses, était fortement préoccupé de l'état de son pays, du sort des hommes; avait besoin de régler, de réformer, s'inquiétait du mal partout où il l'apercevait, et voulait porter partout le remède. Le besoin de faire et le besoin de bien faire le possédaient également”.

onde a barbaria ainda reinava” (GUIZOT, 1884, v. IV, p. 164-165, trad. nossa)⁵. Assim, as considerações de Guizot nos permitem afirmar que São Luís procurou promover a prosperidade da nação francesa durante seu governo e que, além de combater a feudalidade, apoiou substancialmente o desenvolvimento intelectual de seus súditos de modo que se envolveu-se com as questões da Universidade, protegendo-a.

A percepção de Le Goff sobre São Luís

De início, observamos que a obra *São Luís: Biografia*, de Le Goff (1999) sobre Luís IX é extensa, nos oferecendo uma apresentação minuciosa e crítica da vida e das ações desse rei. Segundo o autor, o reinado de São Luís, no século XIII, foi um dos períodos mais pujantes do Ocidente medieval, graças ao florescimento das cidades, à intensificação do comércio e à instituição das Universidades. Além de todos esses acontecimentos, as Ordens Mendicantes também são oriundas desse século.

São Luís também viveu em um ambiente intelectual excepcional. O século XIII é o grande momento do desabrochar da universidade [...] É o momento em que se afirma uma profunda renovação intelectual devido às novas ordens mendicantes e sobretudo às duas mais importantes entre elas; os dominicanos [...] e os franciscanos, ou *Cordeliers*, que finalmente conquistaram seu lugar nos estudos superiores de teologia, [...] Se se quer fugir das lendas, das fórmulas ocas sobre o “século de São Luís” e as aproximações puramente retóricas entre o santo rei, a prestigiosa universidade Paris e os grandes intelectuais que nela ensinam, é preciso preliminarmente reconhecer que São Luís só frequentou dois mestres de reputação em seu tempo [...] o cônego parisiense Roberto de Sorbon e o dominicano Vincent de Beauvais (LE GOFF, 1999, p. 518).

O autor chama a atenção para a relevância da Universidade no século XIII e como ela se tornou uma instituição importante para a sociedade porque dela, como bem escreveu Alexandre IV (1199-1261), na *Bula Quase lignum vitae* (DENIFLE, 1964), saíam as ciências, as leis, os ‘funcionários’ com habilidade para exercer as novas funções administrativas nas cidades, na corte do rei e junto ao papado. Na passagem, observamos que o autor destaca as duas Ordens Mendicantes que se inserem na Universidade e que se constituem em seus principais mestres. São elas: os frades pregadores, também conhecidos como dominicanos, ou jacobinos, em virtude do nome do convento fundado por São Domingos, cujo padroeiro foi São Thiago, que também é identificado como Jacob, e os frades menores, conhecidos como

⁵ “[...] et en le combattant il ne songeait qu'à faire cesser un désordre, à mettre la paix où était la guerre, la justice où était la force, la société enfin où régnait encore la barbarie”

franciscanos, pelo fato da Ordem ter sido fundada por São Francisco de Assis ou *Cordeliers*, em ‘virtude do cordão com nós que traziam na roupa’.

Outro dado importante a ser destacado na análise de Le Goff (1999) diz respeito à proximidade do rei Luís com os mestres da Universidade, pois tinha ao seu lado um mestre secular, Robert de Sorbon (1201-1274) e, ao mesmo tempo, um dominicano, Vincent de Beauvais (1194-1264). A verdade é que trazia muito perto de si, como amigos e conselheiros, dois personagens que estavam em lados opostos no conflito universitário, um mestre dominicano e um mestre secular, ou seja, um representante de cada ‘partido’. Essa amizade pode nos dar indícios para entender, mais à frente, as posições, aparentemente contraditórias, tomadas pelo rei em relação ao conflito quando de suas Cartas ao papa e aos mestres seculares.

A Universidade tornava-se, cada vez mais, uma instituição com ‘poder’ na sociedade medieval do Ocidente. Os reis e os papas buscavam nessa ‘jovem casa’ pessoas capazes de administrar, eficientemente, a burocracia que nascia juntamente com o poder dos governantes laicos e eclesiásticos. Era em seus quadros que também se buscava juristas para dirimir disputas de diferentes matizes, pois era na Universidade que o direito canônico e o direito romano eram ensinados. Aos poucos, os mestres universitários e os estudantes tornaram-se peças-chave na ambiência citadina que emergia com grande força. Na biografia de São Luís, Le Goff (1999) descreve essa instituição como um terceiro poder.

No século XIII, um terceiro poder, o do saber universitário, firmou-se em Paris, foco da mais alta ciência, a teologia. O saber universitário veio fortalecer o poder leigo, encarnado na monarquia, e o poder espiritual, representado pelos sacerdotes. Uma nova tríade trifuncional: *sacerdotium, regnum, studium*, expressou essa nova figura do poder. [...] São Luís, estabilizando a universidade de Paris, assegurou ao reino da França a proeminência. Uma vez que também foi ele que elevou ao mais alto nível o prestígio das flores-de-lis como símbolo desses três poderes. [...] ao centro urbano parisiense, caldeirão da ciência política, procurou torná-la inteligível: *fides quaerens intellectum*. A essa trilogia ético-social corresponde uma trilogia político-ideológica: a da paz, da força e da ordem que São Luís também encarna. [...] É ele o rei das flores-de-lis, cujo mérito particular é que com as duas folhas da instrução da cavalaria, da fé e da força, manteve a terceira folha que dá coerência ao conjunto: a ciência. É ele o rei do saber que estrutura o sistema político e social (LE GOFF, 1999, p. 317, destaques do autor).

A ideia da trifuncionalidade encontra-se bastante presente na mentalidade medieval desde os séculos X e XI e se fortalece após a reforma de Gregório VII (1020-1085). Conforme

Duby (1982), ela encontra-se tão internalizada na sociedade que, a partir da teoria da trifuncionalidade dos bispos Gerard e Adalberão, os segmentos sociais não pertencentes ao quadro das duas ordens estabelecidas foram designados como terceira ordem ou terceiro estado. Não podemos nos esquecer de que, mesmo antes dessa formulação teórica, os homens se explicavam considerando um princípio trino. Essa sociedade é eminentemente religiosa e pauta-se, desde o seu princípio, em uma ideia que se materializa na concepção de trindade, Pai-Filho-Espírito Santo. Thierry (1853) sinaliza que ela está presente quando do surgimento das comunas medievais, por conseguinte, das comunidades de burgueses, nas cidades, que passarão a compor o terceiro estado. Santo Amor, no *De Periculus ...*, ao criticar os mendicantes, os chama de *terceira ordem*, uma vez que o papa e os clérigos seculares são, na sua concepção, os representantes da primeira e da segunda ordens. É, pois, em virtude dessa tradição medieval em designar como ‘terceiro’, o elemento novo que surge, que a Universidade pode ser considerada como ‘terceiro poder’.

Como terceiro poder, a Universidade ocupa lugar muito especial no reinado de São Luís. Contudo, é preciso considerarmos que essa importância é derivada das mudanças – oriundas das cidades, do comércio - que estavam ocorrendo na sociedade desde o século XII e que se acentuaram a partir do século XIII e, não especificamente, das características do rei, como os cronistas de São Luís difundem, particularmente Joinville (1824). No entanto, é possível perceber o apreço de São Luís pela Universidade, pelo fato de considerar a ciência como o elo que aproximaria os poderes na sociedade. Para o rei, a cavalaria, a fé e a ciência, esta proveniente da Universidade, seriam os três pontos que sustentavam o reino. Essa percepção do rei nos assegura que ele tinha a Universidade como importante instituição; daí o símbolo do seu reinado ser a flor-de-lis, pois cada uma das pontas da flor representaria cada um desses três ‘poderes’.

O interesse e o apoio que o rei deu à Universidade levou-o a fundar, juntamente com o mestre Robert de Sorbon (1201-1274), a Universidade da Sorbonne.

Provavelmente Robert foi notado por algum eclesiástico de sua região e por ele indicado para fazer estudos, uma vez que se beneficiou de uma bolsa na universidade de Paris. Não esquecerá essa juventude sem dúvida difícil nem esse favor obtido, muito excepcional e propiciador de oportunidade, apesar de tudo. Funda um colégio para os mestres-em-artes pobres estudantes de teologia. Por isso o colégio tomou o seu nome e, desenvolvendo-se, acabou por designar toda a faculdade de teologia, toda a universidade. Robert se tornou uma história quase tão célebre quanto o seu real amigo. É o fundador

da Sorbonne. Mas só pôde fazê-lo graças ao apoio do amigo, porque São Luís foi, de fato, o co-fundador da Sorbonne com ele. É uma dupla impressionante (LE GOFF, 1999, p. 519).

Ao descrever a vida do mestre Robert de Sorbon, esse autor nos indica que o rei Luís não só era um ‘amigo’ dos mestres universitários como um grande incentivador do funcionamento desta instituição. Se assim não fosse, muito provavelmente, não teria colaborado financeiramente para a fundação da ‘casa’ que, até os dias atuais, é uma das mais importantes Universidades do Ocidente, a Sorbonne.

Esta passagem de Le Goff também nos fornece indícios acerca da situação dos mestres seculares na cidade e na Universidade de Paris. Robert de Sorbon teria tido uma origem muito pobre e só conseguiu sua ascensão social por meio da bolsa de estudos que proporcionou a ele uma formação⁶.

Essa ascensão não foi somente financeira, pois se tornou amigo do rei, um de seus conselheiros. Essa proximidade do rei é uma evidência de que o mestre de Sorbon havia conquistado espaço social junto à corte, portanto, possuía influência política junto à coroa.

Segundo Le Goff (1999), o senescal Joinville, aristocrata de origem, também frequentador da corte do rei Luís e seu amigo, não perdia a oportunidade de lembrar a origem pobre de Robert de Sorbon.

Joinville, o cavaleiro, o nobre, o senescal, não teme lembrar a Roberto de Sorbon sua modesta origem camponesa. E o faz abertamente diante do rei: “Vós, que sois filho de plebeu e de plebeia”, e lhe reprova o fato de vestir-se com muita elegância em face da modéstia de sua origem. Roberto de Sorbon é um exemplo de ascensão social graças aos estudos superiores: a universidade nascente pode ser criadora de reputação e de fortuna, se se saber tirar proveito do estado clerical dos universitários e colher algumas boas prebendas (LE GOFF, 1999, p. 519, destaque do autor).

A Universidade tornara-se, desse modo, não somente espaço de poder e uma instituição com ampla aceitação na sociedade como também lugar no qual os seus integrantes conseguiam obter riquezas, não apenas por meio das aulas, mas, particularmente, pelas prebendas obtidas quando recebiam o direito de cuidar de alguma igreja. Santo Amor tinha conseguido uma igreja pela qual recebia prebenda e, por causa do conflito, o papa exigiu que

⁶ É importante lembrar um dado: Dufeil (1972) chamou a atenção para a origem pobre de Santo Amor. Nesse sentido, consideramos como relevante apontar o fato de que os mestres seculares, por terem tido uma origem pobre e, por conseguinte, terem conseguido ascender socialmente e se manterem pelo trabalho docente, não aceitariam o fato de os mestres pregadores e menores viverem da esmola, ou seja, sem trabalhar.

fosse retirada dele. É preciso considerar ainda nessa passagem um aspecto do conflito que é relevante para entendê-lo. Como os mestres, às vezes, tinham uma origem humilde, vinculada aos camponeses, aos artesãos ou aos pequenos administradores, a percepção que se tem é que a nobreza tinha preconceitos em relação a esse segmento que ascendia econômica e politicamente⁷ na sociedade, proveniente da Universidade, ou seja, em virtude do conhecimento. A crítica de Senescal a Robert de Sorbon evidencia tal situação: o mestre não poderia vestir-se elegantemente, porque não pertencia ao clero nem à nobreza.

Todavia, essa não parecia ser a posição do rei Luís IX no que diz respeito aos mestres universitários, independentemente de serem os seculares ou os mendicantes. Não se constata nenhum preconceito em relação a eles. Auxiliou Sorbon, um mestre secular, a fundar o colégio, que depois se transformou na Sorbonne; tinha como conselheiro um mendicante e assistia às pregações destes. Le Goff (1999, p. 520), inclusive, observa que “[...] o “intelectual” mais próximo de São Luís, aquele que compôs, provavelmente a seu pedido, dialogando com ele e, de algum modo, sob seu controle, uma obra científica intelectual, foi do dominicano Vincent de Beauvois”. A autor ainda acrescenta relatos de crônicas que revelam que o rei Luís ouvia as pregações do mestre Boaventura de Bagnoregio, um dos mestres mendicantes que, juntamente com Tomás de Aquino, mais sofreu os ataques de Guilherme de Santo Amor.

São Luís construiu, em 1234, uma abadia, a de *Royaumont*, e, segundo Le Goff (1999), com frequência, assistia às aulas dos mestres pregadores. Era tão próximo dos mendicantes que os dominicanos e franciscanos eram os confessores da família real. Essa aproximação do rei Luís com os frades rendeu-lhe severas críticas.

[...] daqueles que consideravam Luís como um refém dos colaboradores e conselheiros religiosos, principalmente dos franciscanos e dominicanos. Um episódio contado por seu biógrafo franciscano Guillaume de Saint-Pathus, demonstra bem a sua proximidade com o clero. Diz-se que uma mulher o abordou na saída do parlamento, e teria exclamado: “Só é rei dos frades menores e dos pregadores, dos padres e dos clérigos”. A reação de Luís segundo seu biógrafo foi de calma. Concordou com a mulher, e disse que ela tinha razão, e que outro governaria melhor reino. E pediu a seus soldados que desse dinheiro a ela. O fato em si demonstrou o quanto Luís prezava a companhia do clero, e como isso não era bem visto por alguns setores da sociedade (COSTA, 2014, p. 1, destaque do autor).

⁷ Conforme Christophe Charle (1994), foi somente a partir do século XV que os filhos da nobreza principiaram a ser atraídos para a Universidade. Até então, eram os filhos dos burgueses e de comerciantes que se inseriam na ‘casa’.

Ainda que o rei Luís tenha recebido críticas por sua proximidade com os frades e o clero, não é nosso propósito ‘julgar’ as suas ações, mas, sim, interessa-nos evidenciar que apoiou e interagiu com os personagens da Universidade, especialmente com mestres dos dois partidos envolvidos na querela da década de 1250. A nosso ver, essa proximidade com os dois grupos da contenda poderia nos explicar as contradições contidas nas suas respostas às duas cartas que tratam da querela da década de 1250. Ambas são de 1259 e, diferentemente da maioria das Cartas de Inocêncio IV e Alexandre IV, que são densas e extensas, as de Luís IX são sucintas e objetivas.

Análise das Cartas Universitárias

Acreditamos que as Cartas sobre a Universidade de Paris constituem-se em importantes fontes para o estudo das origens da nossa ‘Casa’ porque nos possibilitam recuperar a memória das nossas origens e, com isso, entender historicamente, dentre outros aspectos, a sua existência, as relações estabelecidas entre essa instituição e as autoridades políticas. É, pois, sob essas duas perspectivas que retomamos as Cartas: a de recuperação da sua memória e a de considerar as origens das relações entre a Universidade e os poderes políticos que a legitimam ou a sustentam.

A primeira Carta é a de nº. 355, intitulada *‘Carta dos mestres de Paris pela qual suplicam ao Rei Luiz para que Guilherme de Santo Amor seja reconduzido do exílio’*. Nela, analisamos a solicitação dos mestres seculares dirigida ao rei Luís IX para que intercedesse junto ao papa Alexandre IV em favor do mestre Guilherme de Santo Amor, uma vez que os mestres o consideram como seu legítimo representante.

Ao seu Excelentíssimo senhor Luiz por divina providência sereníssimo rei da França a totalidade dos mestres e estudantes de Paris saúde e que defenda com todo vigor o reino que lhe foi entregue com paz perpétua. Como disse Boécio, um é o dominador e um é o rei que, com a multidão dos cidadãos, não se alegra com a expulsão, cujo agir é com freios e se considera moderar-se (conduzir-se) com a suprema liberdade de justiça e com a amenidade (tranquilidade) da suma amabilidade. Este é o glorioso e sublime Deus cuja piedosa justiça convém aos príncipes do mundo, conforme o que é possível, para ser imitado por suas virtudes. Na época atual as autoridades do Boécio apareceram como uma luz, porque, por imperiosa e fragrante perversidade,

a virtude não só está carente de prêmios (ser valorizada), mas é calcada debaixo dos pés dos criminosos (DENIFLE, 1964, v. I, p. 403-404, trad. nossa)⁸.

As palavras dos mestres explicitam que se sentem, oficialmente, representantes dos mestres e alunos e que consideram o rei como governante da multidão, portanto, cabendo a ele a legítima representação dos interesses da comunidade universitária.

Ao afirmarem esse poder do rei e, ao mesmo tempo, retomarem Boécio, os mestres seculares indicam que um é o ‘dominador’ e o outro é o legítimo governante. Pode-se notar nela uma crítica velada à autoridade do papa que reconheceu e protegeu os mestres mendicantes em relação aos mestres seculares, inclusive é o papa, no uso de sua autoridade suprema, que exilou Santo Amor de Paris. Ao retomarem Boécio como autoridade para os seus argumentos, os mestres explicitam que fazem uso do conhecimento para elaborar suas críticas e defender os seus interesses. Logo, observamos que as armas de combate dos professores da Universidade, no século XIII, era o seu próprio instrumento de trabalho, se assim podemos dizer: o saber.

Na verdade, do posicionamento dos mestres seculares podemos depreender uma defesa do poder laico em detrimento do poder papal — diga-se de passagem, a luta pela separação dos poderes já se desenhava no horizonte do medievo ocidental. Evidentemente, não podemos aprofundar essa discussão aqui por não ser o objeto desse artigo, mas, sem dúvida, o embate entre os mestres despertou entre os universitários essa luta que se explicitou em obras como as de João de Quidort (1255-1304), Egídio Romano (1247-1316), Marsílio de Pádua (1275-1342), Guilherme de Occkham (1285-1347), dentre outros.

[...] A parte não vil de tanta obra, o homem justo e inocente, envelhece imerecidamente com as violências da condição de silêncio e adversidade,

⁸ *Litterae supplices magistrorum Parisiensium ad Ludovicum regem, ut Guillelmus de S. Amore de exilio revocetur.* “Excellentissimo domino suo Ludovico divina moderatione serenissimo regi Francie universitas magistrorum et scolarium Parisius studentium salutem et regnum sibi commissum pace perpetua defensare. Sicut dicit Boecius¹, unus est dominator et unus est rex qui frequentia civium, non depulcione letatur, cuius agi frenis atque obtemperare justitie summa libertas et summe jocunditatis amenitas reputatur. Iste est gloriosus et sublimis Deus, cuius piam justiciam mundanos decet principes, secundum quod possibile est, pro suis viribus emulari. Hodierna die prodierunt in lucem auctoritates Boecii, quia imperante flagranteque nequicia virtus non solum premis caret, sed sceleratorum pedibus subjecta calcatur. [...] Operis tanti pars non vilis, homo justis et innocens, fortune taciturnitatis et adversitatis immerite incendiis incandescit, dum magister Guillelmus de Sancto Amore, veritatis propugnaculum, doctorum gemma, fidei anchora, injusto exilio relegatur, quoniam ad preces nostras cause nostre se opposuerat defensorem; invictissima erat, nisi in leges et jura condescendissent sophistic rationes. Cum igitur exilium suum toti clero in dedecus defundatur, ipsum tacito dolore aliquatenus dissimulare non valemus. Propter quod in conspectu regie pietatis preces lugubribus animis ventilamus quatinus ipsum inter nostros concives dignemini si placeat revocare, cum nichil commiserit, si per juris tramitem inquisitione sagaci vobis placeat ambulare” (*Chartularium ...v. I, Carta nº. 335*).

enquanto Guilherme de Santo Amor, baluarte da verdade, gema dos doutores, âncora da fé, relegado a injusto exílio, porque junto com nossas preces (solicitações) se apresentara como defensor da nossa causa; era invictíssima (justíssima), a não ser que as leis e os direitos aceitassem razões sofistas. Quando, portanto, o seu exílio derrama-se em desonra para todo o clero, não queremos que o mesmo se esconda (seja ocultado) por algum tempo por uma dor tácita. Por causa disso ventilamos (agitamos) preces de piedade com sentimentos de luto na presença do rei até quem tenhais dignado, se lhe agrade, reconduzir o mesmo entre os nossos concidadãos, quando ninguém tem comiseração, se vos agrade andar pelo trâmite do direito com sagaz investigação (DENIFLE, 1964, v. I, p. 403-404, trad. nossa)⁹.

Ao prosseguir a Carta, os mestres observam que Santo Amor era a “gema dos doutores”, o representante dos princípios da Igreja, portanto, mantê-lo exilado não seria somente uma injustiça, mas uma ‘desonra’ para o Clero e para todos aqueles que vivessem na luz do conhecimento.

O discurso que os mestres usam nos permite apreender alguns aspectos importantes da disputa entre os mestres seculares e os mendicantes. Os seculares estão vivenciando um período de mudanças profundas no qual, por um lado, o conhecimento está indicando novos caminhos aos homens, mas, por outro lado, relacionam-se com o rei ainda segundo os princípios feudais, pois recorrem aos valores de honra e de piedade como argumentos para que ele interceda junto ao papa em favor de Santo Amor.

A segunda Carta analisada é a resposta do rei aos mestres seculares quanto a sua intercessão junto ao papa. Trata-se da Carta 356, intitulada ‘*Resposta do rei Luiz aos mestres de Paris*’. A resposta é peremptória e se posiciona contrariamente ao pedido dos mestres seculares:

Luiz, rei dos franceses por divina providência (governo), a todos os mestres e escolares estudantes de Paris, seus diletos em Cristo, saúde e o que nasceu neles vindo de Deus seja realizado com fim glorioso. Cão, lobo e raposa divergentes dos costumes humanos não podem ser recebidos entre os homens; e se alguém conhecer os costumes e as ações desses homens, merecidamente seja considerado um monstro na natureza (na essência) e provocará terror nas criaturas físicas (DENIFLE, 1964, v. I, p. 404-405)¹⁰.

⁹ *Chartularium ...* Carta nº. 335.

¹⁰ *Responsio Ludovici regis ad magistros Parisienses*. “Ludovicus divina moderacione rex Francorum dilectis suis in Christo universis magistris et scholaribus Parisius studentibus salutem, et quod in eis ex Deo natum est fine perfici glorioso. Canis, lupus et vulpecula ab humanis moribus discrepantes non sunt inter homines receptandi; et si aliquid unum horum [hominum] mores saperet et facta, merito reputaretur in natura monstrum, et fisicis terrore ingereret creaturis. Monstrum est in natura doctor vester, pro quo nobis noviter supplicastis, nec meretur nostris concivibus aggregari, cum mores et facta prefatarum deferat bestiarum. Cum enim melius sit

No início da resposta, o rei compara Santo Amor aos animais ferozes de caça, o cão, o lobo e a raposa. É preciso observar que o uso metafórico de animais para explicar um dado contexto era muito usual. A Idade Média conviveu muito com os livros e manuais de bestiários. Os animais que o rei escolhe para fazer a analogia são ágeis e capturam a sua caça espreitando-a. O rei considera Santo Amor como alguém que não pertence mais ao circuito dos homens.

Um monstro em essência é o vosso doutor, a favor do qual novamente suplicastes, e nem merece ser reunido aos nossos cidadãos, porque carrega (em si) os costumes e os comportamentos das citadas bestas (animais). Na verdade, como é melhor o bom nome do que muitas riquezas, como se colhe dos Provérbios de Salomão, o ladrão das santas obras, como afirma Boécio, se assemelha ao lobo, e o assaltante é comparado ao cão pelos conflitos das mesmas (santas obras), e quem ataca a eles disfarçadamente com fraudes ocultas age como raposa (DENIFLE, 1964, v. I, p. 404-405, trad. nossa)¹¹.

Ao longo de seu discurso, Luís IX afirma que Santo Amor é indigno de clemência, sequer conserva a honra do nome, portanto, não é mais merecedor de usufruir do convívio na Universidade ou mesmo na sociedade francesa. Desse modo, retoma as metáforas sobre os animais para referir-se a Santo Amor, comparando-o ao lobo e a raposa por conta de seu comportamento disfarçado, colocando-se como defensor da Igreja e da Universidade, quando, na verdade, planejava atacar arditamente os mendicantes que, por sua vez, representavam os interesses da Igreja. Logo, do ponto de vista real, ao acusar os mendicantes e para tanto valer-se de passagens dos escritos sagrados, Santo Amor estaria usurpando o conhecimento neles contidos para difamar o outro, ou seja, estaria negando o próprio Evangelho, que pregava justamente o oposto: não se deve atacar e desonrar o ‘semelhante’.

Em verdade, o vosso doutor sempre se esforçou, com roubo, conflitos e insídias, para denegrir o bom nome dos frades cuja Ordem difunde-se com o odor das virtudes e é fragrante o aroma de santidade. Eles são verdadeiramente estrelas movendo-se na sua ordem, pelo poder dos quais o poder de satanás é debelado. Por esse fato se confirma mais claramente que o citado mestre é um monstro em natureza (por essência). Portanto, ordenamos que desistais em tempo de acumular pedidos sobre pedidos,

nomem bonum quam divicie multe ut ex Proverbiis colligitur Salomonis, sanctarum ereptor operarum lupo, juxta Boecii sententiam, similatur et ipsarum per lites expugnator cani comparator, et qui insidiatur eis fraudibus occultis vulpecule exequatur. Sane doctor vester rapinis, litibus et insidiis in nomen bonum talium fratrum semper studuit debachari, quórum Ordo virtutum odore perfunditur, et est fragrans sanctitatis aromata. Ipsi vero sunt stelle moventes in ordine suo, virtute quórum potestas Stane debellatur¹. In quo facto predictum magistrum monstrum esse in natura plenius declaratur. Vobis igitur mandamus quatinus preces cumulare precibus desistatis, quia vane sunt e casse perces omnes in hoc casu, etenim ipsum tanquam monstrum de regni nostri finibus perpetim disposuimus admoveri” (*Chartularium ... Carta nº. 356*).

¹¹ *Chartularium ...* v. I, Carta nº. 356.

porque são inúteis e vazias todas as preces nesse caso. Em definitivo, ordenamos que o mesmo seja removido para sempre do nosso reino como um monstro (DENIFLE, 1964, v. I, p. 404-405, trad. nossa)¹².

O rei posiciona-se claramente contra Santo Amor e defende as Ordens Mendicantes, considerando-as como as estrelas celestes que brilham e se movem em benefício da religiosidade. Mais, o rei Luís afirma que Santo Amor é um monstro que precisa ser, de fato, banido da França, e conclui que qualquer pedido dos mestres neste sentido é infrutífero. Por esta resposta, o rei posiciona-se em favor dos mendicantes em detrimento dos seculares.

Todavia, a carta dele ao papa Alexandre IV possui um teor bem distinto daquela que foi enviada aos mestres. Trata-se da carta de nº. 357, cujo título é '*Carta do rei Luís para Alexandre IV a favor do retorno de Guilherme de Santo Amor para a pátria*'.

Ao santíssimo pai e senhor Alexandre, sumo pontífice por graça de Deus, Luiz, pela mesma graça rei dos franceses, os devotíssimos óculos dos pés bem-aventurados. Generosos são os príncipes da terra e generosos brilham os pais, que quanto mais generosos são tanto mais é conveniente suavizar o rigor do seu ânimo pelas preces de muitos, porque, como disse Sêneca, é generoso o ânimo que se dispõe bem para a virtude. Mas a piedade da alma é virtude, como afirma a série (totalidade) das escrituras; e também pelos seus efeitos comprovamos isto, que (as escrituras?) reconduz em os homens discordes (em conflito) para uma excelente concordância (harmonia). Na verdade, a Universidade induziu o rigor do nosso ânimo de parisiense a isto pelas assíduas palavras ternas) dos pedidos, a fim de que tal mestre, que proferira ofensa à majestade do rei, sintasse o mesmo em verdade mais humilde, e aquela que fizemos que fosse afastado dos limites da França, queremos reconduzir o mesmo para junto de nós, a não ser que vossa santidade discorde disso. Como, portanto, uma venerável multidão de estudantes de Paris tenha sido a causa de seu exílio, da qual causa o mesmo se apresentara como defensor (1), com afetuosos pedidos rogamos a vossa santidade que (como as preces da Universidade de Paris quebraram o rigor do nosso ânimo) o citado mestre, se agrade, possa visitar (ser reconduzido) os limites do nosso reino (DENIFLE, 1964, v. I, p. 405, trad. nossa, grifos nossos)¹³.

¹² *Chartularium...* v. I, Carta nº. 356.

¹³ *Litterae Ludovici regis ad Alexandrum IV pro reditu Guillelmi de Sancto Amore in patriam*. "Sanctissimo patri ac domino Alexandro Dei gratia summo pontifici Ludovicus eadem gratia rex Francorum devotissima pedum oscula beatorum. Generosi sunt principes terre et generosa emicant parentela, qui quanto generosiores, sunt, tanto magis rigorem animi sui multorum decet precibus emolliri, quia, sicut dicit Seneca, generosus animus est, qui ad virtutem bene dispositur. Animi pietas autem virtus est, sicut protestatur series scripturarum, et hoc etiam per effectus sups comprobamus, que homines discordes in consonantiam redigit luculentam. Sane nostre rigorem animi Parisiensis ad hec induxit \universitatis assiduis precum blanditis, ut talis magister, qui offensam regie ingessorat majestati, ipsum sentiat decetero mitiorem, et quem feceramus de Francie finibus admoveri, ipsum ad nos velimus, nisi ab hoc vestra discrepet sanctitas, revocari. Cum igitur venerabilis multitudo Parisius studentium suit sit causa exilli, cujus se cause opposuerat defensoem, affectuosis precibus vestre provolvimus sanctitait quatinus (animi nostri rigorem Universitatis Parisiensis fregerunt preces) preñatum magistrum velit nostri fines regui, si placeat, iterum visitare" (*Chartularium ...* v. I, Carta nº. 357).

A primeira questão que o rei Luís destaca é o fato de que os governantes devem ser pessoas generosas, que saibam tomar decisões suaves e comandar com cautela. O rei observa que o papa pode ter sido radical demais em relação a Santo Amor. Em suma, o rei Luís IX afirma que o papa precisa saber perdoar as ofensas de Guilherme de Santo Amor porque ele estaria defendendo os interesses dos universitários, mestres e alunos. A bem da verdade, o rei Luís IX destaca que o papa Alexandre IV deveria ter cautela em relação à condenação atribuída a Santo Amor porque as suas ações e escritos representariam o interesse de um grande grupo e foram dirigidos à comunidade universitária que, por sua vez, estava reivindicando o seu retorno. O desfecho da Carta é que o rei pede ao papa que autorize o retorno do mestre Santo Amor em nome dos professores.

As duas Cartas expressam posições tão distintas que se poderia pensar estarmos diante de interesses distintos. Na primeira, dirigida aos mestres, ele execra Santo Amor; na segunda, dirigida ao papa, ele pede que este seja tolerante e permita o retorno de Santo Amor à Paris. O rei, inclusive, destaca o poder que o papa tem por ser o governante da cristandade e, portanto, quanto maior o poder, maior deve ser a condição de virtuosidade. Evidentemente que as duas respostas devem também ser consideradas em relação ao poder de cada um dos grupos a quem é dirigida.

Ao papa, o rei Luís IX sabe que se dirige diretamente ao representante do poder quase universal no âmbito ocidental, e, portanto, é preciso ser cauteloso. Ainda mais por se tratar de um momento em que os poderes monárquicos e as nações estavam se constituindo e o poder do papa como legislador de toda a cristandade latina esteja sendo questionado, mas, de qualquer modo, ainda é o 'poder' ao qual todos devem submeter-se ou, ao menos, se relacionar cautelosamente, mantendo com certo 'ar' de submissão.

Considerações Finais

A partir da análise do referencial teórico proposto, especialmente das considerações de Guizot (1884), de Le Goff (1999), bem como das Cartas (1964) selecionadas evidenciamos que os mestres e os estudantes da Universidade possuem um novo poder, com o qual o rei Luís IX precisa dialogar, já que, além de admirar e precisar de pessoas esclarecidas para compor o quadro administrativo do reino, também não poderia se indispor com o papa que ainda se mantém como o 'inimigo' mais forte que qualquer rei cristão poderia enfrentar no século XIII.

A nosso ver, o panorama político do período caracterizar-se-ia nessa situação de indefinição, de modo que se verifica duas forças de governo/poder em um confronto acautelado, pois nenhum deles tinha condições suficientes para derrotar o outro. Além disso, ambos ainda se faziam necessários à ‘Ordo’ social – tal constatação explica a atitude contraditória do rei, registrada nas duas cartas, que também poderia relacionar-se à simpatia que o rei sempre demonstrou seja aos seculares, seja aos mendicantes.

Em todo caso, o que pudemos depreender das Cartas é que a Universidade se constituía, gradativamente, como importante instituição para sociedade, ou, como afirmou Le Goff (1999), um terceiro poder; portanto, o conflito entre as duas partes da Universidade traria prejuízos para os dois campos do poder, a saber: o laico e eclesiástico. Sob esse aspecto, é preciso considerar que a recuperação da história e da memória da Universidade, por meio de seus ‘fundadores’, os mestres seculares, os mestres regulares, os papas e reis, implica em reconstruir as raízes da ‘nossa casa’.

Afinal, resguardada a diferença cronológica, indubitavelmente, continuamos discutindo sobre questões naturalmente humanas relacionadas à Educação, ou seja, a travar disputas com os poderes locais, nacionais e internacionais em prol de uma formação que possibilite ao homem exercer sua racionalidade e desenvolver o seu potencial intelectual em prol do bem comum. Dentro do nosso *corpus* temos disputas teóricas que demarcam os diferentes posicionamentos dos intelectuais, porque, assim como os mestres universitários, os seculares e os mendicantes, que foram os atores da história da Universidade nas suas origens, nós somos atores do presente e, certamente, coadjuvantes da história da nossa ‘casa’ no futuro.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, F. *Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. São Paulo: Edusp, 2016, 2vs.

CHARLE, C. *Histoire des universités*. Paris: P.U.F., 1994.

COSTA, S., Frei. *São Luís de França e os franciscanos*. [S.l:s.n]. Disponível em: <<http://www.franciscanos.org.br>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

DE BONI, L. A. O debate sobre a pobreza como problema político nos séculos XIII e XIV. In: DE BONI, L. A. *De Abelardo a Lutero: estudos sobre Filosofia Prática na Idade Média*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003. p. 215-254.

DENIFLE, H. (Org.). *Chartularium Universitatis Parisiensis*. Bruxelles: Culture et Civilisation, 1964. 2t.

DOUIE, D. L. *The conflict between the Seculars and Mendicants at the University of Paris in the Thirteenth Century*. London: Blackfriars Publications, 1954.

DUBY, G. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1982.

DUFEIL, M.-M. *Guillaume de Saint-Amour et la Polémique Universitaire Parisienne (1250-1259)*. Paris: Editions Picard, 1972.

FORTES, C. C. *Societas studii: a construção da identidade institucional e os estudos entre os frades pregadores no século XIII*. 2011. 370 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

FURET, F. Préface. In: VALENSISE, M. (Org.) *François Guizot et l'aculture politique de son temps*. Paris: Gallimard, 1991.

GUIZOT, F. *Histoire de la civilisation em France, depuis de la chute de l'Empire Roman*. Paris: Didier Émile Perin, 1884. 4vs.

GUIZOT, F. Troisième essai. In: GUIZOT, F. *Essais sur l'histoire de France*. Paris: Didier et C^a. Libraires-Editeurs, 1857, p. 57-72.

LE GOFF, J. *São Luís: biografia*. São Paulo: Record, 1999.

OLIVEIRA, T. *Guizot e a Idade Média: civilização e lutas políticas*. 1997. 430 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação e História e Sociedade, Unesp, Assis, 1997.

OLIVEIRA, T. Guizot e as origens medievais da sociedade burguesa. In: ANDRADE FILHO, R. O. (Org.). *Relações de Poder, educação e cultura na Antiguidade e na Idade Média*. São Paulo: Solis, 2005, p. 551-561.

OLIVEIRA, T. Por que retomar François Guizot. *Acta Scientiarum*, v. 20, n. 1, p. 121-128, 1998.

ROSANVALLON, P. *Le moment Guizot*. Paris: Gallimard, 1985.

THIERRY, A. *Histoire de la formation et do progrès do Tiers État*, suivi de deux Recueil des Monuments Inédits de cette histoire. Paris: Furne, 1853.

WILLIAM DE SAINT-AMOUR. *De periculus novissimorum temporum*. Editiontranslation, and introduction de G. Geltner. Dallas: University of Dallas, 2008. 157p.